

Exercício Ilegal da profissão ou atividade

Art. 47 – Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício.

Art. 5º - XIII da constituição da república federativa do Brasil, diz que, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Art. 5º - XIV da nossa constituição diz que é assegurado a todos o acesso a informação e assegurado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Art. 5º - Inciso X da carta Magna que diz: É inviolável a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, asseguradas o direito á indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Art. 5º Inciso XI que diz: A casa é asilo inviolável do individuo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para presta socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Art. 5º - Inciso XII diz que, é inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no ultimo caso, telefônico, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal (Neste caso esta investigação é de competência Exclusiva da policia) ou instrução processual penal.

Art. 150 do código penal – Entra ou permanecer, clandestinamente ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências.

Pena – detenção, de 01 (um) a 03 (três) meses, ou multa.

Art. 151 do código penal parágrafo IV – quem instala ou utiliza estação ou aparelho radioelétrico, sem observância legal.

Pena – detenção e multa. Ver, Artigo 70 da lei nº4. 117/62

Art. 154 do código penal – Revela alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a ordem.

Pena – detenção, de 01 (um) a 03 (três) meses ou multa.